
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

BRUNA FACIROLI RIBEIRO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E
SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRIVATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO: Uma revisão da produção**



Rio Claro - SP
2025

BRUNA FACIROLI RIBEIRO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A
PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: Uma revisão da produção**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof (a). Dr(a). Raquel Fontes Borghi

Rio Claro - SP
2025

R484b Ribeiro, Bruna Facioli
Base Nacional Comum Curricular e suas implicações para a
privatização da educação : uma revisão da produção / Bruna Facioli
Ribeiro. -- Rio Claro, 2025
35 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências,
Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Privatização. 2. Base Nacional Curricular Comum. 3. Currículo.
I. Título.

BRUNA FACIROLI RIBEIRO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: Uma revisão da produção.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. (a) Dr. (a) Raquel Fontes Borghi

Prof. (a) Dr. (a) Maria Eliza Nogueira Oliveira

Prof. (a) Dr. (a) Regiane Helena Bertagna

Aprovado em: 04 de novembro de 2025

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Raquel Fontes Borghi, por sua orientação e apoio durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

À minha irmã, Beatriz Facioli Ribeiro, minha melhor amiga e pessoa favorita, a presença em minha vida onde palavras não seriam suficientes para descrever tal importância. Cujas trajetórias são motivo de profundo orgulho.

Ao meu pai, Paulo Ribeiro da Silva Neto, exemplo de caráter e integridade, cuja presença e valores sempre me inspiraram.

À minha mãe, Aline Facioli Ribeiro, pela presença em minha vida.

À minha avó, Elisa Maria Perches Nascimento, por sua presença afetuosa e apoio constante.

Ao meu tio, Fernando Ribeiro Nascimento da Silva, pelo cuidado e suporte ao longo desta jornada.

Ao meu namorado, Leonardo de Cillo Duarte Novaes, por todo amor, paciência e incentivo em todos os momentos.

Às minhas amigas, pela amizade sincera e parceria que tornaram este percurso mais alegre e significativo.

Por todos os educadores (as) que encontrei durante a minha formação, cujos ensinamentos e exemplos me foram fundamentais.

À Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro, e seus funcionários, pelo conhecimento, experiências e oportunidades que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.”

(FREIRE, Paulo; 1981)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar quais os impactos que a Base Nacional Comum Curricular (2017), documento orientador para a educação básica no Brasil, tem sobre a privatização do ensino. Busca-se realizar uma revisão da produção científica sobre a relação entre a implantação da BNCC e a atuação do setor privado na educação pública. Com base nessa revisão, o estudo buscará evidenciar o impacto que este documento tem sobre a privatização a partir das pesquisas da área. O presente trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, por meio da busca no banco de dados eletrônico Google Acadêmico com os materiais dispostos a respeito do tema. Para tanto, como critérios de busca, foram selecionados artigos a partir do descritor “privatização” e “BNCC” publicados entre os anos de 2016 – 2024. Os resultados evidenciam que a BNCC favorece a atuação do setor privado na educação pública, manifestando-se na terceirização da produção curricular, formação docente, gestão e oferta de serviços. Essa dinâmica reconfigura o papel do Estado, promovendo uma lógica de mercado baseada em desempenho e competitividade. A pesquisa conclui que a BNCC expressa um projeto político que demanda debate e resistência crítica para defender a escola pública, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Privatização; Base Nacional Curricular Comum; Currículo

ABSTRACT

This study aims to investigate the impacts of the National Common Curricular Base (2017), a guiding document for basic education in Brazil, on the privatization of education. The aim is to review the scientific literature on the relationship between the implementation of the BNCC and the private sector's role in public education. Based on this review, the study will seek to highlight the impact this document has on privatization based on research in the field. This work was conducted through a bibliographic search in the Google Scholar database for available materials on the topic. Therefore, articles published between 2016 and 2024 were selected using the descriptors "privatization" and "BNCC." The results show that the BNCC favors private sector involvement in public education, manifesting itself in the outsourcing of curriculum production, teacher training, management, and service provision. This dynamic reconfigures the role of the State, promoting a market logic based on performance and competitiveness. The research concludes that the BNCC expresses a political project that demands debate and critical resistance to defend a democratic, socially-referenced, quality public school.

Keywords: Privatization; Common National Curriculum Base; Curriculum

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Artigos por Ano de Publicação.....	21
Gráfico 2 – Nível de Ensino Abordado nos Artigos.....	21
Gráfico 3 – Metodologias Utilizadas nos Artigos.....	22
Gráfico 4 – Distribuição Geográfica dos Autores.....	23
Gráfico 5 – Recorte Geográfico das Pesquisas Analisadas.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos Seleccionados e seus Objetivos	16
Quadro 2 – Artigos Seleccionados e suas Conclusões	18

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPÍTULO 1: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	12
2.1	A BNCC e sua finalidade.....	12
2.2	A aprovação e o processo da construção da BNCC.....	13
2.3	A influência do empresariado e os interesses privados.....	13
3	CAPÍTULO 2: ANÁLISE QUANTITATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE BNCC E PRIVATIZAÇÃO.....	16
4	CAPÍTULO 3: A BNCC E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	26
4.1	A BNCC como instrumento de padronização e controle.....	26
4.2	Currículo, gestão e ofertas: as três faces da padronização.....	27
4.3	Riscos à educação democrática e ao papel do Estado.....	27
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada oficialmente em 20 de setembro de 2017, passou a ser implementada gradualmente nas escolas brasileiras a partir do ano de 2018. Esse documento orientador se propõe a garantir um padrão mínimo de qualidade para a educação básica em todo o país, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas, que devem se adequar às diretrizes estabelecidas para assegurar a excelência do ensino.

Entre os impactos mais evidentes da BNCC no cenário educacional está a padronização do ensino. Ao definir competências e conteúdos essenciais, ela estabelece um referencial que deve ser seguido por todas as escolas, independentemente da natureza de sua administração. Essa padronização, embora voltada para a equidade, também se conecta a um processo mais amplo de privatização da educação, conceito que, conforme Belfield e Levin (2004), envolve a transferência de responsabilidades do Estado para agentes privados e se associa à liberalização — com a redução do controle estatal — e à mercantilização, que cria mercados para serviços educacionais.

A privatização da educação no Brasil ocorre de diferentes formas e em diversas dimensões. Pesquisas do GREPPE — Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional — identificam três frentes principais: a privatização da oferta educacional, com aumento do financiamento público a escolas privadas, ampliação das matrículas em instituições particulares e programas de escolha parental, como vouchers e escolas charter; a privatização da gestão, com a introdução de mecanismos de ranqueamento, bonificação e gestão escolar por atores privados; e a privatização do currículo, marcada pela influência direta de empresas privadas nas decisões pedagógicas e nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Ainda que o Estado continue sendo legalmente responsável por garantir o acesso à educação, há um avanço crescente da participação privada na definição de conteúdos e na gestão das escolas públicas, o que, muitas vezes, tem sido realizado sob uma lógica de mercado. Essa tendência levanta preocupações sobre o compromisso do sistema educacional com a promoção da equidade e da qualidade universal.

Diante desse contexto, a BNCC se insere como uma iniciativa que busca assegurar um ensino equitativo e de qualidade para todos os estudantes,

independentemente de sua origem social. Seu desenvolvimento envolveu a participação de educadores, pesquisadores e setores da sociedade civil, em um processo que se pretendeu democrático. No entanto, sua implementação ocorreu por meio de parcerias com movimentos empresariais que demonstram uma crescente influência do setor privado nas decisões educacionais. Instituições como a Fundação Lemann, UMDIME, CONSED, INEP, UnB e outras, tanto públicas quanto privadas, contribuíram para a consolidação de um modelo hegemônico de educação. Entre os parceiros privados, destacam-se o Banco Itaú, Natura, Diversa, Cesgranrio, Fundação Santillana, Abrelivros, Instituto Ayrton Senna, Insper e Fundação Roberto Marinho. A atuação dessas entidades revela uma convergência entre interesses de mercado e a formulação de políticas públicas, influenciando diretamente o modelo de educação adotado no país (BORGHI, 2021; CÓSTOLA, 2021).

A inserção de empresas ligadas à produção de materiais didáticos e à prestação de serviços educacionais sugere interesses econômicos no setor, refletindo-se nos conteúdos e nos currículos escolares. O processo educativo acaba sendo orientado por diretrizes corporativas, que refletem valores neoliberais e acabam moldando indivíduos preparados para se ajustar às demandas do mercado. A crítica reside no risco de que tais práticas enfraqueçam os princípios democráticos da educação e transformem o direito à aprendizagem em um bem comercializável.

A defesa de uma educação pública, com financiamento e gestão estatais, conforme argumenta Borghi (2021), é essencial para garantir sua natureza democrática e seu compromisso com fins coletivos. Somente por meio dessa defesa é possível assegurar que a educação atue como instrumento de justiça social e de formação cidadã.

Diante desse panorama, o presente trabalho propõe-se a realizar uma revisão da produção científica que aborda a relação entre a implementação da BNCC e a atuação do setor privado na educação pública. Busca-se apresentar os fundamentos da BNCC, refletir sobre o avanço da influência privada na gestão e no conteúdo das escolas públicas e examinar criticamente a literatura que articula esses dois temas. A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, com base em artigos encontrados no Google Acadêmico por meio dos descritores “privatização” and “BNCC”. A seleção será feita com recorte até a oitava página dos resultados, considerando publicações entre os anos de 2016 e 2024.

Este trabalho está estruturado em três capítulos principais, com o objetivo de investigar a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a privatização da educação. No Capítulo 1, apresenta-se a BNCC como um documento normativo que define as aprendizagens essenciais na educação básica brasileira, abordando suas finalidades, o processo de construção e aprovação, além das críticas relacionadas à influência de interesses políticos, econômicos e privados em sua elaboração. O Capítulo 2 traz uma análise quantitativa das produções científicas sobre a temática da BNCC e da privatização da educação, realizada por meio de pesquisa bibliográfica na base digital Google Acadêmico, utilizando os descritores “privatização” and “BNCC”. Na análise são detalhados os artigos selecionados, suas abordagens metodológicas, objetivos e autoria. Por fim, o Capítulo 3 aprofunda as contribuições desses estudos para compreender a BNCC enquanto instrumento de padronização curricular e controle dos sistemas de ensino, discutindo os riscos que sua implementação representa para a educação pública democrática, especialmente no que tange ao currículo, à gestão e à oferta educacional, bem como seu papel como catalisador dos processos de privatização.

2 Capítulo 1: A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um documento normativo de abrangência nacional que visa estabelecer as aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica brasileira devem desenvolver. Elaborada com o objetivo de assegurar equidade e qualidade na educação, a BNCC representa um marco nas políticas curriculares do país, sendo apresentada como instrumento de garantia do direito à aprendizagem e do alinhamento das redes de ensino a um padrão nacional (BRASIL, 2018).

Todavia, o documento não está isento de críticas. Diversos estudos apontam que sua elaboração e implementação não foram exclusivamente técnicas ou neutras, mas profundamente influenciadas por interesses políticos, econômicos e ideológicos, especialmente ligados a grupos empresariais e organizações privadas que têm incidido sobre as políticas públicas educacionais.

2.1 A BNCC e sua finalidade

A finalidade declarada da BNCC consiste na definição de um conjunto de competências e habilidades que devem ser asseguradas a todos os estudantes ao longo da Educação Básica, promovendo uma formação integral e o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e éticas (BRASIL, 2018). Seu discurso está ancorado na ideia de equidade e democratização do ensino, como forma de garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou regional, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Contudo, conforme apontam Silva e Loureiro (2020), a proposta de uma base curricular comum, ao mesmo tempo em que pretende padronizar conteúdos e assegurar direitos de aprendizagem, reduz significativamente o espaço para abordagens críticas, contextualizadas e emancipadoras da educação. A partir de uma pesquisa qualitativa realizada com professores-pesquisadores da área de educação ambiental, os autores identificaram que a BNCC apresenta-se como um currículo mínimo, esvaziado de conteúdos críticos e comprometido com uma formação voltada à lógica do mercado, distanciando-se da perspectiva de uma educação crítica e transformadora.

Essa crítica é corroborada por Santos et.al (2021), que analisam que a pedagogia das competências, central na BNCC, introduz um modelo educacional que valoriza resultados mensuráveis em detrimento de processos formativos mais amplos.

Segundo os autores, essa concepção dialoga diretamente com os interesses de organismos internacionais e grupos empresariais, contribuindo para o esvaziamento do conteúdo político e social da educação pública.

2.2 A aprovação e o processo de construção da BNCC

O processo de construção da BNCC iniciou-se oficialmente em 2014, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), e passou por diferentes versões até a sua homologação. A versão referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi homologada em 2017, enquanto a parte referente ao Ensino Médio foi aprovada em 2018. Ainda que o Ministério da Educação tenha divulgado amplamente a participação social nesse processo, diversas pesquisas demonstram que o espaço efetivo de escuta e incorporação das contribuições da comunidade escolar foi restrito (PERONI et al., 2019; SILVA, 2022).

Silva (2022) argumenta que, embora o direito à educação seja garantido constitucionalmente, o que se observou com a BNCC foi uma substituição desse direito por um “direito à aprendizagem”, conceito mais técnico e normativo, que favorece políticas de responsabilização e de mensuração do desempenho escolar. O autor afirma que essa mudança de paradigma foi acompanhada por uma forte atuação de grupos empresariais, notadamente os ligados ao Movimento Pela Base, Consed, Undime e entidades privadas com influência direta sobre o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Segundo Marques et al (2020), o processo de construção da BNCC se deu em um contexto de desmonte progressivo da educação básica, inserido em um cenário mais amplo de redefinição do papel do Estado e de crescente interferência da lógica de mercado nas políticas públicas. O documento passou a ser orientado pela ideia de eficiência, produtividade e resultados, elementos característicos da Nova Gestão Pública, moldando a escola pública à semelhança de empresas privadas.

Entidades privadas vêm ocupando espaços antes exclusivos do poder público, especialmente nas áreas de formação docente, avaliação e produção de materiais pedagógicos. A influência dessas instituições privadas na definição curricular se deu por meio de programas e parcerias público-privadas, que muitas vezes comprometeram a autonomia das redes públicas e dos profissionais da educação.

2.3 A influência do empresariado e os interesses privados

Diversos estudos apontam que a BNCC foi concebida sob forte influência de setores empresariais e privados que atuam diretamente na formulação e execução de políticas educacionais. Peroni (2021), em análise teórica sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil, destaca que o campo educacional tornou-se alvo de interesses mercantis, com a crescente presença de empresas privadas na gestão de políticas públicas e nos processos pedagógicos.

Borghi (2021), ao refletir sobre o conceito de educação pública, indica que esse campo encontra-se em disputa, especialmente frente à atuação de grupos empresariais que têm promovido a privatização dos currículos. A autora enfatiza que, ao transferir a condução pedagógica e administrativa para instituições privadas, mesmo que a titularidade das escolas permaneça pública, compromete-se a efetividade da educação como direito social e coletivo.

A atuação do Movimento Todos Pela Base, composto por representantes de fundações empresariais como Fundação Lemann, Instituto Natura e Fundação Itaú Social, tem sido objeto de críticas recorrentes. Conforme análise de Cóstola (2021), esse movimento implementou programas privatizadores nas redes públicas estaduais de ensino da região Sudeste, influenciando diretamente o conteúdo curricular, a formação de professores e os sistemas de avaliação.

No cenário brasileiro, observa-se a atuação de grandes conglomerados privados que oferecem produtos educacionais às redes públicas sob a promessa de inovação e qualidade. Esses sistemas incluem livros, plataformas digitais, formação continuada e acompanhamento pedagógico, o que tem contribuído para a substituição de práticas públicas autônomas por pacotes padronizados.

Peroni (2019) adverte que essa substituição da lógica pública pela lógica empresarial no campo educacional representa uma ameaça à democracia, pois desloca a definição de conteúdos e práticas escolares da esfera coletiva para a esfera do mercado. A autora aponta que, ao justificar suas ações com o discurso da “responsabilidade social empresarial”, tais instituições legitimam a interferência privada na educação pública, muitas vezes sem controle social efetivo.

Por fim, estudos como o de Borghi (2021) evidenciam que a mercantilização da educação induzida pela BNCC se articula com políticas de desvalorização do magistério, precarização das condições de trabalho e enfraquecimento da gestão democrática. Tais tendências, longe de serem neutras, apontam para a consolidação de um modelo educacional voltado ao atendimento dos interesses de setores

hegemônicos, em detrimento do compromisso com a formação cidadã, crítica e emancipadora dos sujeitos.

3 Capítulo 2: Análise quantitativa da produção científica sobre BNCC e privatização

Nesta etapa do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio do Google Acadêmico, utilizando os descritores “privatização” AND “BNCC”. Como critérios de seleção, foram considerados artigos publicados entre os anos de 2016 e 2024 e que estivessem disponíveis até a oitava página do banco de dados, dado o aumento da dispersão temática a partir desse ponto.

Abaixo, apresenta-se uma tabela com os artigos selecionados, incluindo o título, objetivos e autoria.

Quadro 1 - Artigos Selecionados e seus objetivos.

Autores	Título	Objetivo
Vera Maria Vidal Peroni; Maria Raquel Caetano Lisete; Regina Gomes Arelaro.	BNCC: Disputa pela qualidade ou submissão da educação?	Abordar a relação entre o público e o privado e os sujeitos (neoliberais e neoconservadores ligados a diferentes instituições) que atuaram na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando influenciar o conteúdo e direcionar as políticas educacionais.
Silvana do Nascimento Silva; Carlos Frederico Bernardo Loureiro	As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental	A pesquisa qualitativa que balizou a produção desse artigo objetivou categorizar as vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de entrevista semiestruturada e da análise textual discursiva das quais emergiram as seguintes categorias: interação, espaço e abordagens da BNCC, concepções sobre BNCC e educação ambiental na BNCC.
Deive Bernardes da Silva	Incidências da privatização da educação na BNCC: do direito à educação ao direito à aprendizagem.	Analisar as dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil em torno da construção, aprovação e homologação da Base Nacional Comum Curricular, problematizando a subsunção do direito à educação ao

		direito à aprendizagem e suas implicações para os princípios educacionais e para as dimensões jurídico-normativas.
Arlete Ramos dos Santos; Adelson Ferreira da Silva; Maria Isabel González Terreros	A BNCC e o parâmetro do mercado para a qualidade do ensino: contrassenso a uma educação crítico-emancipatória.	Neste artigo trazemos reflexões a partir de alguns documentos e estudos realizados por pesquisadores que discutem a privatização da educação e as parcerias público-privadas da educação pública que tem acontecido em escala mundial. Destacamos para o nosso estudo, a área de Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua pedagogia das competências.
Vera Maria Vidal Peroni	Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação	Analisar como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e o privado, materializando-se na educação básica pública e suas modalidades, com implicações para a democratização da educação.
Soraia de Carvalho; Paulo Jackson; Garcez Santos; Maria Luíza Almeida Barroso; Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva; Júlia Lucas Correia; Thiago Henrique da Silva; Priscila Serafim de Andrade; Amanda Belarmino Couto; Sabrina Duarte Correa.	Crise, contrarreformas e mercantilização da educação	O presente artigo tem o objetivo de analisar a intensificação da mercantilização e desnacionalização da Educação Básica a partir da aprovação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), situando o fenômeno no processo de privatização da Educação, de forma geral, com a financeirização e monopolização do setor.
Raquel Fontes Borghi	Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação	Refletir acerca da incidência do setor privado no "processo de construção curricular" e destacar como esse movimento tem levado ao sequestro

		dos fins públicos da educação pelos reformadores empresariais.
Andréia Jayme Batista; Claudia Angélica Soares da Costa; Mayara Athanázio Diogo; Daquinete Maria Chaves Brito.	A Educação pública brasileira e o neoliberalismo: uma análise da base nacional comum curricular	Compreender como a educação pública é afetada pelas políticas neoliberais e a relação entre a desvalorização e precarização docente com o capitalismo, a partir de análises teóricas sobre as ações da BNCC.
Andressa Cóstola	“Onde tem base, tem movimento” empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste	Investigar a atuação dos atores privados que compõem o Movimento Todos Pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais de ensino da Região Sudeste, analisando as influências do setor privado na construção e significação do currículo.
Catarina Cerqueira de Freitas Santos; Rodrigo da Silva Pereira.	Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras	Analisar a articulação dos princípios neoliberais com a pauta neoconservadora na agenda das políticas educacionais brasileiras, por meio de uma revisão de literatura.

Quadro 2 - Artigos Seleccionados e suas conclusões.

Autores	Título	Conclusão
Vera Maria Vidal Peroni; Maria Raquel Caetano Lisete; Regina Gomes Arelaro.	BNCC: Disputa pela qualidade ou submissão da educação?	Os resultados apontam para a educação como um espaço de disputa entre projetos distintos e antagônicos, evidenciando a influência de interesses privados na BNCC.
Silvana do Nascimento Silva; Carlos Frederico Bernardo Loureiro	As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base	As vozes dos entrevistados corroboram as críticas à BNCC presentes na literatura, especialmente no que tange a currículo mínimo, superficialidade, redução de conteúdos

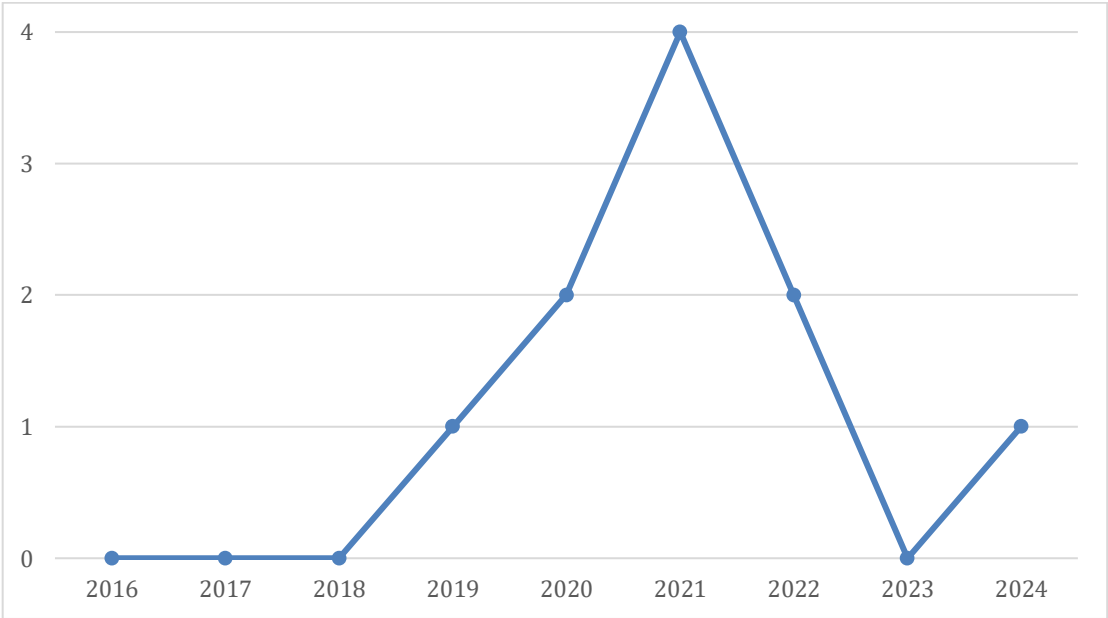
	Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental	críticos, precarização e privatização da educação, e formação voltada para a lógica de mercado. No âmbito da Educação Ambiental, a instrumentalização do tema e a ausência de abordagens críticas foram salientadas.
Deive Bernardes da Silva	Incidências da privatização da educação na BNCC: do direito à educação ao direito à aprendizagem.	Verificou-se que o Movimento Pela Base consolidou sua influência no cenário educacional, e a agenda privatista foi evidente durante a elaboração e aprovação da BNCC, resultando na centralidade do "direito à aprendizagem" em detrimento dos princípios político-educacionais do direito à educação. Os interesses do bloco privatista incluem manter a reputação e garantir mecanismos de produção de subjetividades alinhadas à lógica mercantil.
Arlete Ramos dos Santos; Adelson Ferreira da Silva; Maria Isabel González Terreros	A BNCC e o parâmetro do mercado para a qualidade do ensino: contrassenso a uma educação crítico-emancipatória.	Os interesses empresariais têm se consolidado na educação por meio de programas educacionais de agências internacionais e empresas, e a pedagogia das competências da BNCC serve como suporte para esses interesses, implementando uma educação conservadora em detrimento da perspectiva crítico-emancipatória.
Vera Maria Vidal Peroni	Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação	A propriedade das escolas pode permanecer pública, mas a direção dos processos pedagógicos e de gestão é cada vez mais determinada por instituições privadas que introduzem a lógica mercantil, justificando-se pela busca da "qualidade", o que tem profundas implicações para a democratização da educação.

Soraia de Carvalho; Paulo Jackson; Garcez Santos; Maria Luíza Almeida Barroso; Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva; Júlia Lucas Correia; Thiago Henrique da Silva; Priscila Serafim de Andrade; Amanda Belarmino Couto; Sabrina Duarte Correa.	Crise, contrarreformas e mercantilização da educação	O artigo relaciona a mercantilização da educação com a ofensiva do capital diante da crise capitalista mundial, evidenciando a financeirização e monopolização do setor educacional.
Raquel Fontes Borghi	Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação	Aponta para as potencialidades da gestão democrática como possibilidade contra-hegemônica na perspectiva de definição de fins públicos e coletivos para a educação, em oposição à atuação privada que desvia os objetivos públicos.
Andréia Jayme Batista; Claudia Angélica Soares da Costa; Mayara Athanázio Diogo; Daquinete Maria Chaves Brito.	A Educação pública brasileira e o neoliberalismo: uma análise da base nacional comum curricular	Evidencia-se que os currículos propostos no Brasil foram elaborados para atender aos interesses de órgãos internacionais, e a educação pública é forçada a se render ao capitalismo. Para mudanças positivas, é necessário redefinir a identidade da educação brasileira.
Andressa Cóstola	“Onde tem base, tem movimento” empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste	Os resultados indicam que o setor privado tem adentrado o sistema público de ensino com facilidade, especialmente através de programas privatizadores do currículo, incidindo na sua construção, significação, conteúdo pedagógico e capacitação de professores, configurando um processo complexo de privatização da educação pública estadual.

Catarina Cerqueira de Freitas Santos; Rodrigo da Silva Pereira.	Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras	A convergência do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas políticas educacionais intensifica o controle do trabalho docente e difunde uma concepção de qualidade da educação vinculada a interesses privados e dissociada de laços de solidariedade social.
--	---	--

A partir dos artigos selecionados, podemos fazer as seguintes observações:

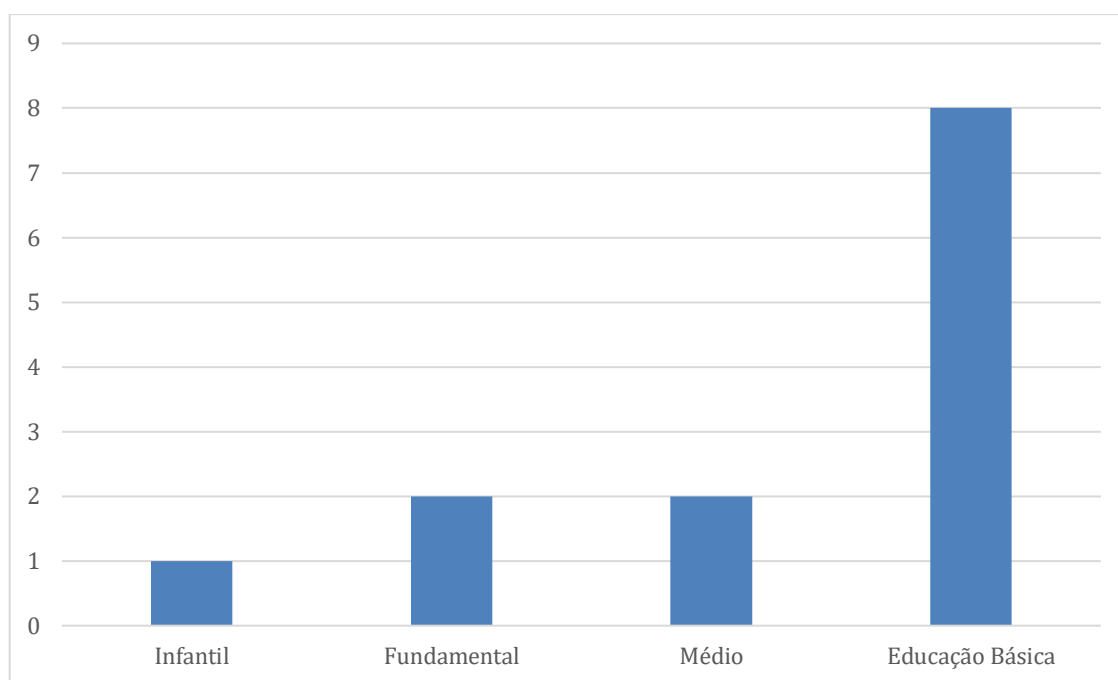
Gráfico 1 - Número de Artigos por Ano de Publicação.



Fonte: elaboração própria.

O gráfico acima apresenta a distribuição temporal dos artigos selecionados na pesquisa bibliográfica, abrangendo o período de 2016 a 2024. Ele permite visualizar a evolução da produção científica sobre a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a privatização da educação ao longo dos anos. Observa-se que a maior concentração de publicações ocorre a partir de 2019, o que pode estar relacionado à aprovação e início da implementação da BNCC, gerando mais debates e pesquisas sobre seus impactos.

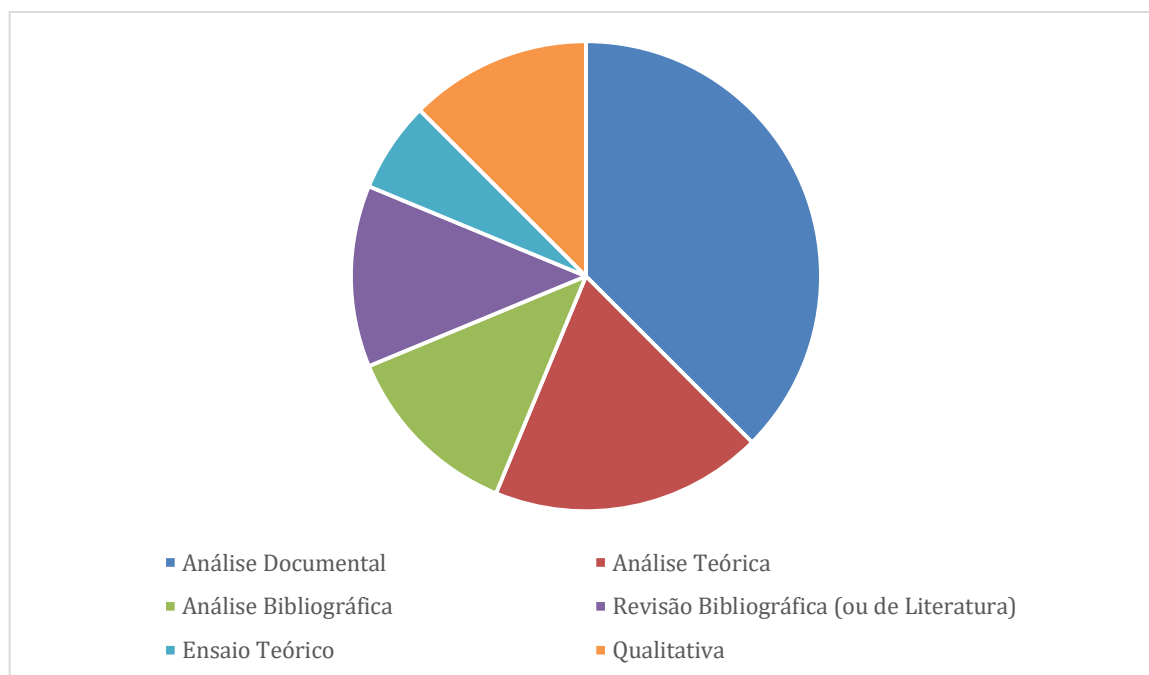
Gráfico 2 - Nível de Ensino Abordado nos Artigos.



Fonte: elaboração própria.

Esse gráfico ilustra quais níveis da educação são mais frequentemente abordados nos artigos científicos selecionados. A categoria "Educação Básica" engloba estudos que tratam de forma geral os impactos da BNCC e da privatização em todo o ciclo da educação básica, sem se restringir a um nível específico. As categorias "Infantil", "Fundamental" e "Médio" indicam artigos que focam em um desses níveis. A visualização desses dados pode revelar quais etapas da educação têm sido mais impactadas ou mais estudadas em relação à BNCC e à privatização, ou se a maioria das pesquisas adota uma perspectiva mais abrangente sobre a educação básica.

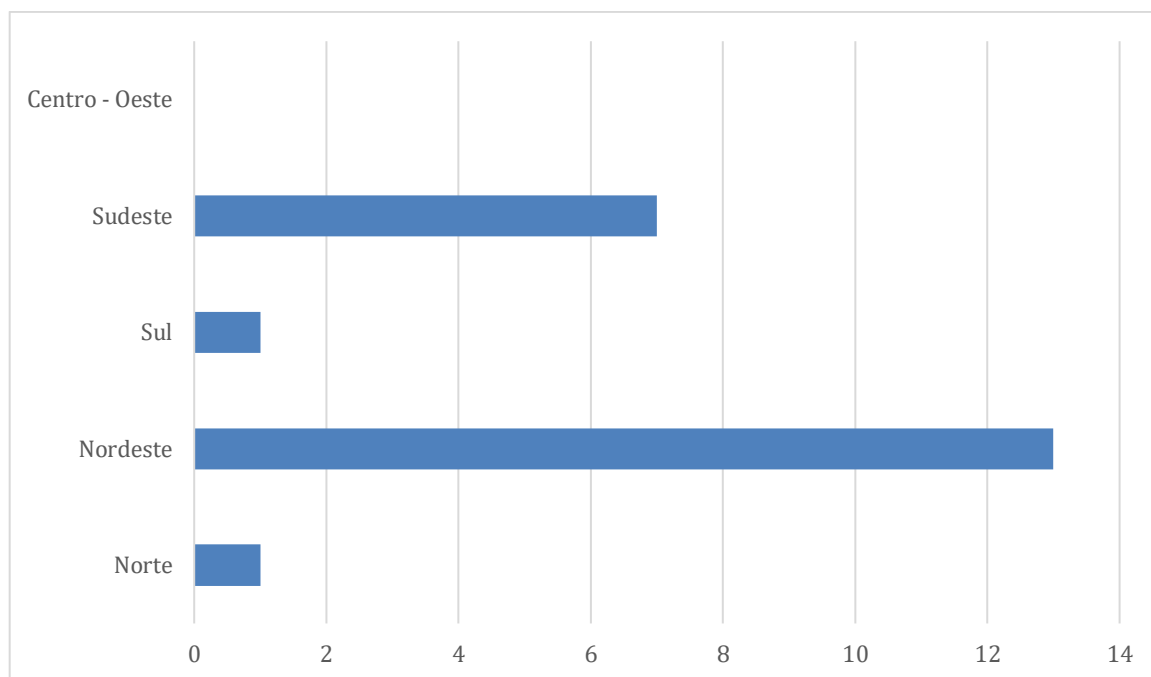
Gráfico 3 - Metodologias Utilizadas nos Artigos.



Fonte: elaboração própria.

Este gráfico detalha as metodologias de pesquisa empregadas pelos autores nos artigos selecionados. A predominância de certas metodologias pode indicar as abordagens mais comuns para investigar a relação entre a BNCC e a privatização da educação, como a análise de documentos oficiais, a revisão de literatura existente ou a realização de pesquisas qualitativas para aprofundar a compreensão dos fenômenos.

Gráfico 4: Distribuição Geográfica dos Autores.



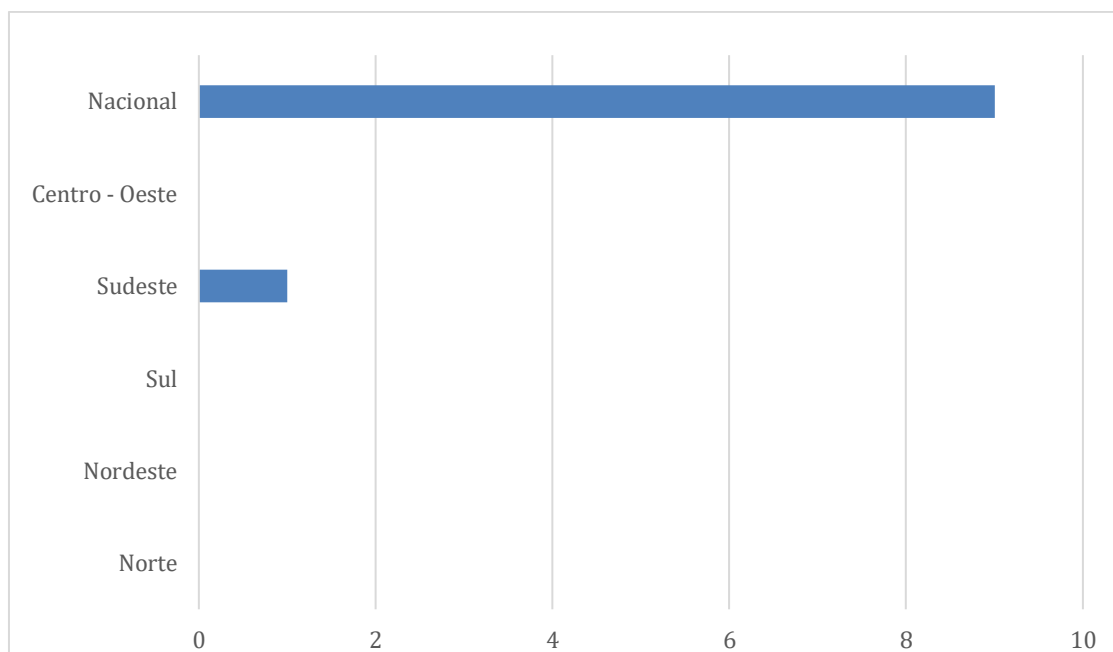
Fonte: elaboração própria.

Este gráfico apresenta a distribuição geográfica das instituições de ensino ou afiliações dos autores dos artigos, categorizadas por regiões do Brasil. A análise dessa distribuição pode indicar quais regiões do país têm maior produção acadêmica sobre a BNCC e a privatização da educação, ou se há uma concentração de pesquisadores em determinadas áreas.

É possível observar que a região Nordeste apresenta a maior concentração de publicações, indicando um interesse mais expressivo dos pesquisadores dessa região pelo tema. Em contrapartida, não foram encontrados artigos provenientes da região Centro-Oeste, o que pode sugerir uma ausência de produção sobre o assunto nesse território.

Destaca-se que a autora Maria Isabel González Terreros é docente da Universidade Pedagógica Nacional localizada na Colômbia, o que indica uma colaboração internacional pontual.

Gráfico 5: Recorte geográfico das pesquisas analisadas



Fonte: elaboração própria.

O gráfico apresenta o recorte geográfico das pesquisas analisadas, destacando que a maioria dos artigos abrange todas as regiões, de forma nacional. Apenas um dos artigos selecionados abrange apenas a região Sudeste.

4 Capítulo 3: A BNCC e a privatização da educação: contribuições da produção científica

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, embora apresentada como política pública voltada à equidade e qualidade do ensino, tem sido amplamente problematizada na produção científica nacional. O debate acadêmico aponta que a BNCC atua como catalisadora de processos de privatização da educação pública, implicando uma série de transformações no campo curricular, na gestão escolar e na oferta educacional. As análises convergem ao evidenciar que a BNCC não representa apenas um documento pedagógico, mas um instrumento político e ideológico articulado aos interesses do mercado e de grupos empresariais que influenciam as políticas públicas.

Autores vinculados a grupos de pesquisa como o GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional) destacam que a BNCC tem funcionado como uma peça-chave na reconfiguração da educação pública brasileira, promovendo a padronização de currículos, a transferência de responsabilidades para o setor privado e a fragilização da função social do Estado no campo educacional (BORGHI, 2021; CÓSTOLA, 2021; PERONI, 2021).

4.1 A BNCC como instrumento de padronização e controle

A primeira dimensão identificada nas análises da produção científica refere-se à BNCC como um mecanismo de padronização curricular e de controle sobre os sistemas de ensino e os profissionais da educação. Ao estabelecer de forma centralizada os conteúdos e competências que devem ser ensinados em todo o país, a BNCC impõe um modelo único de currículo que, embora defendido sob o argumento da equidade, limita a autonomia pedagógica das redes e das escolas públicas (SILVA; LOUREIRO, 2020).

Conforme destacam Peroni et al (2019), a Base atua como ferramenta para institucionalizar um currículo prescritivo e tecnicista, formatado sob a lógica da eficiência e da mensurabilidade, características típicas da racionalidade neoliberal. Essa padronização desconsidera as especificidades regionais, culturais e sociais dos estudantes e do território nacional, além de promover a homogeneização de práticas pedagógicas.

A padronização também favorece o controle sobre o trabalho docente, ao restringir o planejamento educativo às competências previstas pela BNCC e submetê-lo às avaliações externas e índices de desempenho, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento Humano) e o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Como evidenciado por Santos et al (2021), essa lógica reduz a educação ao cumprimento de metas e resultados, em detrimento de processos formativos voltados à criticidade e à emancipação dos sujeitos.

4.2 Currículo, gestão e oferta: as três faces da privatização

A segunda face da privatização da educação mediada pela BNCC está relacionada à sua articulação com três dimensões principais: o currículo, a gestão educacional e a oferta dos serviços escolares. Essa concepção é desenvolvida, entre outros, por Borghi (2021), que categoriza as formas de privatização em três eixos: a privatização dos currículos, da gestão e da oferta educacional, processo que vem sendo aprofundado com a implementação da BNCC.

A privatização do currículo ocorre quando instituições privadas passam a produzir e distribuir os materiais didáticos, plataformas de ensino e programas de formação docente que seguem os parâmetros da BNCC.

No que se refere à gestão, a BNCC tem favorecido a transferência de funções estratégicas da política educacional para organizações privadas e do terceiro setor. Estudos como o de Souza e Silva (2023) apontam que entidades como o Instituto Natura têm assumido papel ativo na implementação da BNCC, especialmente no que tange à formação docente e à gestão pedagógica das escolas. Essa atuação compromete os princípios da administração pública, como a transparência, a equidade e o controle social.

A terceira face da privatização se refere à oferta educacional, quando organizações privadas passam a operar diretamente no serviço público, muitas vezes mediante contratos de parceria público-privada ou via sistemas apostilados. Para Peroni (2021), a substituição da condução pedagógica por empresas privadas representa um processo de “privatização por dentro” da escola pública, em que a titularidade da escola permanece pública, mas a gestão curricular, pedagógica e de resultados é transferida a agentes externos.

4.3 Riscos à educação democrática e ao papel do Estado

A produção científica também tem evidenciado os riscos que a BNCC e seus desdobramentos representam para a consolidação de uma educação pública democrática e para o papel do Estado como garantidor do direito à educação. Em lugar de um Estado responsável por formular e executar políticas públicas voltadas ao bem comum, o que se observa é a sua reconfiguração como mediador de interesses privados (PERONI, 2019).

Borghi (2021) argumenta que a BNCC tem contribuído para o sequestro dos fins públicos da educação, ao permitir que reformadores empresariais determinem os rumos do ensino no país. Tal processo compromete os valores democráticos, uma vez que as decisões educacionais deixam de ser pautadas pelo interesse coletivo e passam a ser orientadas pela lógica da concorrência, do desempenho e do mercado.

O avanço da lógica mercantil na educação tem enfraquecido os espaços democráticos de deliberação nas escolas públicas, como os conselhos escolares, esvaziando processos coletivos e participativos. Com isso, as decisões tendem a ser conduzidas por empresas que impõem suas soluções, reduzindo a autonomia dos educadores e o protagonismo da comunidade na definição dos projetos pedagógicos.

A BNCC, ao incorporar e institucionalizar tais mecanismos de privatização, contribui para redefinir o próprio papel do Estado na educação. Como apontado por Silva (2022), a política curricular da BNCC promove uma transição do direito à educação, entendido como bem social, para o direito à aprendizagem, entendido como desempenho individual. Essa mudança se coaduna com os princípios da Nova Gestão Pública, que propõe a substituição da ação estatal direta por mecanismos de mercado e metas de desempenho.

A crítica que se impõe, portanto, não recai apenas sobre o conteúdo prescrito pela BNCC, mas sobre o projeto de sociedade que ela materializa. Conforme analisa Peroni (2019), trata-se de um modelo de educação alinhado aos princípios neoliberais e neoconservadores, que prioriza a preparação para o mercado em detrimento da formação cidadã e crítica, fragilizando o compromisso do Estado com a justiça social e a democracia.

5 CONCLUSÃO

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir da produção científica recente, evidencia que esse documento, embora legitimado como instrumento de garantia do direito à aprendizagem e de promoção da equidade educacional, insere-se em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas públicas de educação no Brasil. A BNCC não é um material neutro ou meramente técnico; ao contrário, representa um produto de disputas ideológicas, econômicas e políticas que atravessam o campo educacional e envolvem distintos interesses – públicos e privados.

Os estudos avaliados apontam que a BNCC atua como instrumento de padronização curricular e de controle pedagógico, com implicações diretas na organização do trabalho docente, na autonomia pedagógica das escolas e na concepção de qualidade educacional. Nesse cenário, observa-se uma crescente articulação entre a BNCC e processos de privatização da educação pública, seja por meio da terceirização da produção curricular, da formação docente, da gestão pedagógica ou da oferta de materiais e serviços educacionais por parte de grandes grupos empresariais.

A intensificação desses processos de privatização, fomentados por políticas educacionais alinhadas à lógica da Nova Gestão Pública, desloca o papel do Estado como garantidor do direito social à educação, promovendo uma concepção de ensino baseada em desempenho, produtividade e competitividade. Tal orientação compromete os princípios da educação democrática, inclusiva e emancipadora, previstos na Constituição Federal de 1988 e nas diretrizes que historicamente fundamentaram a luta por uma escola pública de qualidade social.

Ademais, os dados e argumentos apresentados nas pesquisas reforçam a tese de que a BNCC favorece a atuação de atores privados nas decisões centrais sobre o currículo escolar, estabelecendo uma nova relação entre o público e o privado na educação. Essa relação, marcada pela assimetria de poder e pela captura de espaços de deliberação democrática, contribui para o esvaziamento da participação social nas políticas curriculares e para a imposição de modelos educacionais tecnicistas e mercantilizados.

Em síntese, constata-se que a BNCC, longe de ser apenas um documento pedagógico, expressa um projeto político de formação humana que precisa ser

constantemente debatido e problematizado. O desafio posto à comunidade acadêmica, aos educadores, às redes públicas de ensino e à sociedade civil é o de promover uma resistência crítica a essas formas de privatização, afirmando a centralidade da escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada como direito de todos e dever do Estado.

Novos estudos devem ser realizados no intuito de compreender as implicações da BNCC para a indução e intensificação de processos de privatização no país. Importante também destacar o papel atual da plataformização da educação e suas relações com a BNCC e a padronização e controle do conteúdo e processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Andréia Jayme et al. A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E O NEOLIBERALISMO:: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Revista Territorium Terram, v. 5, n. 7, 2022. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5204. Acesso em 03 jul.2025.

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. (2004). *The private production of public education: A political economy of school privatization*. Teachers College Press. Disponível em: https://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/The_Privatization_of_Education.pdf. Acesso em: 30 ago.2025.

BORGHI, Raquel Fontes. Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação. Revista on line de Política e Gestão Educacional, p. 2744-2758, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14903>. Acesso em 03 jul.2025

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CÓSTOLA, Andresa. “Onde tem base, tem movimento” empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/9bc7ac46-55d9-4305-a439-89f4e845491f>. Acesso em 01 jul.2025.

DE CARVALHO, Soraia et al. CRISE, CONTRARREFORMAS E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1369>. Acesso em 03 jul.2025.

DE FREITAS SANTOS, Catarina Cerqueira; DA SILVA PEREIRA, Rodrigo. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras. Retratos da Escola, v. 18, n. 42, 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2229>. Acesso em 02 jul.2025.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERONI, VERA et al. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932019000100035&script=sci_arttext. Acesso em 02 jul.2025.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Políticas Educativas–PolEd, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/121220>. Acesso em 04 jul.2025.

SANTOS, Arlete Ramos dos; DA SILVA, Adelson Ferreira; TERREROS, Maria Isabel González. A BNCC e o parâmetro do mercado para a qualidade do ensino: contrassenso a uma educação crítico-emancipatória. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES), v. 2, n. 1, p. 01-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/8526>. Acesso em 02 jul.2025.

SILVA, Deive Bernardes da. Incidências da privatização da educação na BNCC: do direito à educação ao direito à aprendizagem. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5036>. Acesso em 02 jul.2025.

SILVA, Silvana do Nascimento; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Ciência & Educação (Bauru), v. 26, p. e20004, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pnkHjbvq7Q65L6Y6HJZQsgg/>. Acesso em 02 jul.2025